

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nº 42 jan/mar. 2003

Direito Internacional

Estrutura institucional y derecho em el Mercosur – ALEJANDRO DANIEL PEROTTI

Protocolo de Olivos: alterações no sistema de soluções de controvérsias do Mercosul e perspectivas – EDUARDO BIACCHI GOMES

Direito Constitucional

Anistia de crimes tributários – CELSO RIBEIRO BASTOS

Sobre o estado do Estado – JOÃO CAUPERS

Biodireito constitucional: uma introdução – MARIA GARCIA

Limitações materiais ao poder constituinte originário – ARTUR CORTEZ BONIFÁCIO

O conceito de soberania no século XXI – VENILTON PAULO NUNES JUNIOR

O papel político do Poder Judiciário – FLÁVIA DE ALMEIDA VIVEIROS DE CASTRO

As autarquias no ordenamento jurídico – MARIA WALQUIRIA BATISTA DOS SANTOS

A imunidade parlamentar no Estado Democrático de Direito – FLÁVIA PIOVESAN e GUILHERME FIGUEIREDO LEITE GONÇALVES

Estatuto do direito de resistência – JOSÉ CARLOS BUZANELLO

A Emenda Constitucional 30/2000 e o princípio da segurança jurídica: a questão dos precatórios judiciais – DIANA HELENA DE CÁSSIA GUEDES MÁRMORA ZAINAGHI

Novas tendências da legislação antitruste e o anteprojeto da ANC (Agência Nacional de Defesa do Consumidor e da Concorrência) – DUCIRAN VAN MARSEN FARENA

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental – LILIANA ALLODI ROSSIT e CARLA CANEPA

Direito constitucionais sociais e os direitos fundamentais: são os direitos sociais constitucionais direitos fundamentais? – RODRIGO DE LACERDA CARELLI

Estado Democrático de Direito e liberdade de expressão e informação – GUIOMARI GARSON DACOSTA GARCIA

Exigências éticas da ordem democrática: primeiras notas para um debate sobre o contexto brasileiro atual – PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS

Princípio da igualdade – ANTONIO CELSO BAETA MINHOTO

Pareceres

Estágio. Regulamentação. Harmonização das disposições sobre convênios com a resolução 4.715/99 – MARIA PAULA DALLARI BUCCI

Tribunais

STF – mandado de injunção. Natureza jurídica. Taxa de juros reais (CF, art. 192, § 3.º).

Omissão do Congresso Nacional. Fixação do prazo para legislar. Descabimento, no caso.

Writ deferido em parte – MI 470-6-RJ – Pleno – STF – Min. CELSO DE MELLO

Medida provisória. Ato em tese. Inviabilidade de impugnação mediante ação de mandado de segurança (Súm. 266 do STF). Questão de exclusão discriminatória de benefício.

Alegação de ofensa ao princípio da isonomia. Problema da inconstitucionalidade por omissão parcial. Soluções possíveis. Extensão jurisdicional da vantagem não concedida.

Análise do tema na jurisprudência do STF. Recurso de agravo improvido – AgRg no MS 23.809-7 – DF – Pleno – STF – Min. CELSO DE MELLO